

Reunião tripartida interrompe trabalhos para consultas

Fol ontem interrompida em Maputo a reunião tripartida de discussão da proposta de recalendarização das etapas de implementação do Acordo Geral de Paz. O documento havia sido apresentado na última segunda-feira às delegações do Governo e da Renamo pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello. A interrupção, resultante de "questões técnicas", visa permitir consultas das partes a outros componentes das comissões criadas à luz dos entendimentos de Roma. Segundo foi anunciado, os trabalhos deverão prosseguir amanhã.

Quando da apresentação do referido documento de recalendarização do processo de paz, os negociadores-chefes do Governo e da Renamo manifestaram-se esperançados quanto à possibilidade de obtenção de um acordo, uma vez que a nova proposta não trazia "alterações de fundo".

Contudo, segundo o negociador-chefe do Governo, Armando Guebuza, quando se começou a entrar na discussão dos pormenores do documento, no encontro de ontem, apareceram muitas questões práticas que exigem consultas.

Ele afirmou que o novo calendário, proposto pelas Nações Unidas, contém uma série de questões que se prendem

com as datas em que certos programas devem ser realizados, havendo daí necessidade de se verificar se tais propostas estão em conformidade com aquilo que na realidade existe ou se pode fazer.

Guebuza disse que existe uma proposta de um programa que devia ter iniciado em Agosto último, da formação de instrutores em Nyanga, e terminar em Janeiro próximo. Contudo, até ao momento apenas se iniciou parte desse programa, não se sabendo se a outra vai começar este mês. "Portanto, não podemos ter a certeza de que este programa poderá terminar em Janeiro".

A uma pergunta sobre se este facto

significa que o processo de acantonamento de tropas não vai iniciar em Outubro próximo, conforme a recalendarização apresentada, Armando Guebuza disse que as datas propostas no documento não estão fixas, acrescentando que "estamos a analisar o projecto e só depois de termos o calendário aprovado é que poderemos saber quando".

Ele considerou que na proposta de recalendarização, na qual estão previstas todas as tarefas essenciais a realizar para o cumprimento do acordo, havia uma compatibilização, pelo menos em relação às propostas do Governo.

Por seu turno, Raul Domingos disse que na proposta de Aldo Ajello existem aspectos fundamentalmente técnicos que se prendem com a formação do novo exército, com a extinção dos grupos armados paramilitares privados, assim como com a própria reintegração dos desmobilizados.

Raul Domingos acrescentou que a sua organização insiste na questão dos grupos armados privados, não por medo, mas por uma questão de equilíbrio de forças.

A uma pergunta sobre se existia algum impedimento para que se inicie, no próximo mês, o processo de acantonamento de tropas, o chefe da delegação da Renamo disse ser muito provável porque, segundo afirmou, "estamos a falar de aspectos técnicos que têm que ser concertados". Acrescentou que nessa concertação é muito provável que se tenha que proceder a algumas alterações de datas.

Entretanto, o Dr. Aldo Ajello, depois de considerar que se está a trabalhar positivamente na discussão do documento de recalendarização, disse que de princípio não haverá alteração em relação à data do início do processo de acantonamento previsto para Outubro próximo. Numa recente resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o processo de paz moçambicano, aquele órgão destaca a necessidade urgente do início de acantonamento e desmobilização das tropas e a sua continuação de acordo com o calendário revisto sem pré-condições.

Na mesma resolução, o Conselho de Segurança afirma serem inaceitáveis tentativas de pôr condições ao processo de paz, em particular ao acantonamento e desmobilização das tropas.

NOTÍCIAS

22.9.93